

Araras, 18/7/03 Aula de Doutrina 7o. Mandamento: não roubar

1. Os bens materiais e o cristianismo

O sétimo mandamento é resumido de maneira ultra-sintética na sentença “não roubar”, recolhida em Dt, Ex e Mt.

2403 El *derecho a la propiedad privada*, adquirida por el trabajo, o recibida de otro por herencia o por regalo, no anula la donación original de la tierra al conjunto de la humanidad. El *destino universal de los bienes* continúa siendo primordial, aunque la promoción del bien común exija el respeto de la propiedad privada, de su derecho y de su ejercicio.

Evidentemente, só podemos falar em roubo, e no pecado do roubo, se a propriedade privada for um direito.

A Igreja reconhece o direito à propriedade privada, como um direito natural do homem (me desculpem os juristas, mas não temos tempo de nos aprofundar no tema aqui do jusnaturalismo e tudo o mais).

Sim, é um direito do homem e como tal deve ser respeitado. Ao mesmo tempo, a Igreja defende a RELATIVIDADE desse direito. Mais do que a posse absoluta, a Igreja reconhece a administração individual dos bens.

A propriedade privada (pp) é mais propriamente um MEIO para o BEM COMUM. Todos ganham com a existência da pp.

S. Tomás enumera algumas razões de maior conveniência da pp (em alguns casos. Em outros, a propriedade pública é mais adequada do ponto de vista da justiça):

- a) o homem está mais disposto a conseguir algo para si do que para vários.
- b) é melhor se cada homem procura adquirir alguns bens específicos do que qualquer bem indiscriminadamente (no caso, o bem do outro). O respeito à pp do outro é melhor para todos.
- c) a experiência ensina que os bens coletivos são maiores fontes de desentendimentos (p.e. a universidade pública)

a) Bons, mas relativos

A questão fundamental que dá a chave de entendimento do problema é o seguinte: os bens materiais (ou mais especificamente a pp) são bons, fazem parte do plano de Deus para o homem, devem ser buscados, são necessários e convenientes.

Mas são essencialmente bens relativos. São “bons na medida em que”, mas não são “bons em si” e por isso devem ser buscados a todo o custo.

O ponto é: a busca e a posse dos bens materiais devem ser compatíveis com a busca das virtudes cristãs, e mesmo meios de crescimento nessas virtudes. Com isso (estamos o tempo todo falando das virtudes enquanto âmbitos de crescimento e

desenvolvimento humano) os bens materiais são excelentes, e ajudam efetivamente o homem dentro do âmbito moral.

2407 En materia económica el respeto de la dignidad humana exige la práctica de la virtud de la *templanza*, para moderar el apego a los bienes de este mundo; de la *justicia*, para preservar los derechos del prójimo y darle lo que le es debido; y de la *solidaridad*, siguiendo la regla de oro y según la generosidad del Señor, que ‘siendo rico, por vosotros se hizo pobre a fin de que os enriquecierais con su pobreza’ (2 Co 8, 9).

Por outro lado, quando existe um apego excessivo aos bens materiais, a degradação do homem interior se verifica de maneira progressiva e lastimável. É o problema da avareza (toda a vida do cara está dirigida para o único e verdadeiro fim que é ganhar grana). Isso é terrivelmente destruidor da personalidade.

La avaricia cierra el corazón más que la lascivia ya que el vividor, aun siendo voraz e impuro, puede tener más corazón que la persona avariciosa.

D. v. Hildebrand

El corazón, Ed. Palabra, 1997 pg 122

b) Igreja e política

Muito bem. Reconhecemos a autoridade da Igreja no campo moral: roubar, defraudar, furtar, adulterar é pecado, do ponto de vista individual. E do ponto de vista da sociedade como um todo. Mais, do ponto de vista político. O que a Igreja pode ou deve dizer?

A Igreja existe na medida em que se dirige ao homem; caso contrário não teria razão de ser. Ao mesmo tempo que os dirige a Deus, e dá glória a Deus.

Dirigindo-se ao homem, a Igreja contempla o ser humano real, no pleno exercício da sua natureza: que é ao mesmo tempo pessoal (e essa é a dimensão principal, pois é da nossa relação pessoal com Deus que depende a nossa salvação) e social.

A natureza humana contém uma dimensão social e negá-la seria no mínimo um erro de avaliação

Isso já havia constatado o velho Aristóteles, que atribuía ao homem o título de “animal político”, por viver na polis, cidade; cidadão, portanto. Cada ser humano não é um indivíduo isolado que deve cuidar da sua subsistência e salvação sem dar a mínima para os que vivem ao seu redor.

A mentalidade individualista (que tem em parte origem na protestantização da sociedade. Levaríamos mais tempo para explicar isso com calma.): eu cuido do meu, você cuida do seu e Deus cuida de todos. Mentalidade de que o importante é ganhar o meu dinheiro, ter a meu conforto, a minha segurança, a minha realização: é não só protestante como anti-cristão, anti-evangélico e anti-humano (até as sociedades mais primitivas tinham muito em conta que eram membros de uma comunidade)

“A Igreja critica aqueles que tendem a reduzir o espaço da fé à vida pessoal ou familiar, excluindo a ordem profissional, econômica, social ou política, como se o

pecado, o amor, a oração e o perdão não tivessem importância aí” (Doc. Puebla n. 515)

Mas, infelizmente, essa mentalidade é muito comum entre os católicos; fato que se reflete, por exemplo em afirmações do tipo: não quero saber de política! Separam completamente um pretense plano religioso – assunto privado – do plano político ou social – vida pública.

Ou seja: os cristãos (enquanto indivíduos) DEVEM influir na vida pública e política. DEVEM. Para informar as instituições de espírito cristão: fraternidade, justiça, paz, caridade, compreensão etc.

E a Igreja (enquanto hierarquia, institucionalmente) PODE intervir em questões sociais e políticas na medida em que esses problemas afetam a saúde espiritual das pessoas.

Exemplo: caso Brasil

- Dependendo dos tempos e dos lugares, os problemas concretos assumem feições específicas.

Por um lado, esse cenário desolador causado pela má distribuição de renda: a opressão dos mais débeis (por exemplo, pela crise na educação pública fundamental – perpetuação da ignorância –, pela pressão consumista dos mass-media – que atingem toda população, mas a que só tem acesso a parte abastada – pelas distorções salariais, mau exemplo do poder público etc. Todo esse quadro é causa de pecado e perdição das almas, nada mais nada menos: pecados de ódio, desespero pela miséria, violência, roubo, homicídio. Está certo, o pecado é pessoal, mas existem estruturas de pecado que induzem a ele de maneira muito violenta.

Assim a Igreja intervém e condena tal ou qual prática, estabelece princípios etc.

Mas, em princípio, sem intervir nas questões políticas diretamente. E sim condenando proposições políticas e econômicas que são contrárias ao Evangelho.

c) Doutrina social da Igreja

E tem feito isso através do seu Magistério Social, cujo *corpus* constitui a Doutrina Social da Igreja, que mesmo do ponto de vista sociológico é duma oportunidade ímpar. Documentos extremamente claros e ao mesmo tempo finamente matizados; realistas e sobrenaturais, profundamente humanos e divinos; resultado mais acabado do bom senso + inteligência + graça de Deus. Vale a pena mesmo conhecer essa doutrina; encíclicas *Rerum Novarum*, *Pacem in Terris*, *Solicitudo Rei Socialis*, *Laborem Exercis*, *Quadragesimo Anno*, *Centesimus Annus*, *Populorum Progressio*, livro *Card. Hoffner* etc.

Poderíamos dar várias aulas sobre a DSI. Falemos algumas coisas apenas.

A primeira grande encíclica social (houve várias anteriores, principalmente condenando a escravidão) foi a *Rerum Novarum*

Primeira grande encíclica social: Leão XIII, *Rerum novarum* 1891

- Trata da chamada “questão social”; Com o surgimento do capitalismo moderno, começam a emergir uma série de situações até então não experimentadas.
- **Dois fatores: a mudança nos meios de produção**, com o desaparecimento das corporações de ofício, e a absorção da mão de obra pela empresa capitalista; outro: a **ideologia** liberal, que propugna a maximização dos lucros como fim da empresa capitalista, sendo o desenvolvimento pessoal dos trabalhadores e do tecido social preocupações irrelevantes
- O problema é então a ideologia por trás do processo de produção (que em si não é imoral: organização, racionalização, padronização, organização do fluxo de capitais, ganhos financeiros, etc.)
- E havia também um problema de ordem prática: o homem não sabia como harmonizar os aspectos econômicos e sociais, pessoais, desse ainda novo modo de produção.
- Surgem assim: desemprego, as jornadas de trabalho absurdas, a falta de qualquer poder político por parte do trabalhador frente à empresa, a assistência social que não estava organizada etc.
- Aborda também a questão do socialismo, que estava começando a surgir: o papa defende o direito à propriedade privada, ainda que relativo.
- Leão XIII aponta então todos esses problemas e sugere algumas soluções. Entre as quais, a figura dos sindicatos, que viriam a suprir alguns dos atributos das corporações de ofício, a jornada de trabalho regular, o respeito ao fim de semana etc. (vale a pena ler o 1º capítulo da *Centesimus annus*, uma “re-leitura” da questão social.

... essa encíclica (*Rerum Novarum*) foi para a ação social cristã o mesmo que foi o Manifesto do Partido Comunista e o *Capital* de Marx foram para a ação socialista. Marx e Leão XIII partiram da mesma constatação: desigualdade econômica crescente entre plutocracia e proletariado (então, entre indivíduos, hoje entre povos); ambos quiseram elevar a condição dos operários, oprimidos pelo capitalismo. Mas, enquanto Marx quis resolver o conflito suprimindo o capital reduzindo-o todo a trabalho numa economia puramente estatal, Leão XIII defendeu o direito do homem à iniciativa individual, à independência do núcleo familiar, com economia própria, limitada e subordinada, mas não oprimida e absorvida pelo estado; mais, toca ao estado proteger os direitos legítimos e a atividade de todos, especialmente dos mais débeis. Vicente Carcél, *História de la Iglesia*, vol 3, Palabra, 1999, pg 246

É um tema muito amplo. Para resumir, esses são os temas principais da doutrina como um todo:

- dignidade da pessoa humana, com direitos e deveres fundadas no direito natural
- primazia do bem comum sobre os bens particulares
- valor da família como célula básica da sociedade
- liberdade de ensino; dos pais e da Igreja no exercício da sua função docente
- trabalho como ação humana, não reduzido a mercadoria. Salário justo e condizente com a manutenção da família e da dignidade da pessoa humana
- autoridade para servir ao bem comum e reconhecida no seu princípio transcendente
- relações entre Igreja e estado
- autonomia dos grupos sociais intermediários
- Princípio da subsidiariedade e ação supletiva do estado
- direito à propriedade privada com as limitações requeridas pelo bem comum e pela justiça.
- Problemas do nazismo, do socialismo, do comunismo e do capitalismo liberal.

2. Respeito à justiça no tocante às relações que envolvem bens materiais

a) contratos e justiça

2410 Las *promesas* deben ser cumplidas, y los *contratos* rigurosamente observados en la medida en que el compromiso adquirido es moralmente justo. Una parte notable de la vida económica y social depende del valor de los contratos entre personas físicas o morales. Así, los contratos comerciales de venta o compra, los contratos de arriendo o de trabajo. Todo contrato debe ser hecho y ejecutado de buena fe.

Os contratos são extremamente importantes na vida da sociedade, e devem ser respeitados. Também os contratos verbais (hoje em dia é algo que tem muito pouco valor, infelizmente). Um cristão antes de tudo, deve ser um homem honrado que cumpre a sua palavra apesar das dificuldades, e mesmo que isso lhe acarrete problemas. Isso é fundamental para o bom andamento da sociedade, do contrário ficamos processando-nos uns aos outros e não fazemos nada de construtivo para remediar os mais necessitados e promover o avanço da sociedade.

2411 Los contratos están sometidos a la *justicia conmutativa*, que regula los intercambios entre las personas en el respeto exacto de sus derechos. La justicia conmutativa obliga estrictamente; exige la salvaguardia de los derechos de propiedad, el pago de las deudas y el cumplimiento de obligaciones libremente contraídas. Sin justicia conmutativa no es posible ninguna otra forma de justicia.

Além disso, quando um cristão comete uma falta contra a justiça (especialmente a justiça comutativa) deve repará-la. Senão, não pode ser absolvido na confissão. A justiça legal é menos crítica, e deve ser analisada caso a caso. Por que não existe uma proporcionalidade entre as duas partes (o cidadão e o estado). De qualquer modo, a justiça legal justa deve ser observada (hoje vivemos sob uma inflação da justiça legal, onde o cumprimento escrupuloso de TODAS as normas pode ser

injusto). Isso por que falta a VIRTUDE PESSOAL da justiça nas pessoas, levando a um inchaço das leis.

Haveria muito o que dizer sobre isso (tipos de reparação, circunstâncias, prescrição, relação da justiça legal com a comutativa etc.). Mas não temos tempo.

b) relações econômicas e de trabalho

Do ponto de vista teológico, o trabalho é uma realidade riquíssima. Participação do homem no poder criador de Deus. Cristo passou 30 anos trabalhando como carpinteiro e (só) três pregando. E esses 30 anos foram redentores também. O próprio esforço que o trabalho requer é uma ocasião do homem se identificar com Cristo na Cruz. Tudo isso dá ao trabalho uma dimensão espiritual muito profunda, independentemente se o trabalho é mais ou menos “digno” aos olhos humanos. É ocasião de exercer a caridade com o próximo, pelo bem que fazemos com o nosso trabalho. Etc. Etc.

Com o materialismo (seja marxista, seja capitalista), o trabalho perdeu essa dimensão, tornando-se mais um bem comerciável. Um *comoditie*. (Recursos minerais, vegetais, animais e humanos, como se fosse tudo a mesma coisa, conversível em grana, ou meio para ganhar grana).

2426 El desarrollo de las actividades económicas y el crecimiento de la producción están destinados a satisfacer las necesidades de los seres humanos. La vida económica no tiende solamente a multiplicar los bienes producidos y a aumentar el lucro o el poder; está ordenada ante todo al servicio de las personas, del hombre entero y de toda la comunidad humana. La actividad económica dirigida según sus propios métodos, debe moverse no obstante dentro de los límites del orden moral, según la justicia social, a fin de responder al plan de Dios sobre el hombre (cf GS 64).

A questão central desse ponto é “La vida económica no tiende solamente a multiplicar los bienes producidos y a aumentar el lucro o el poder; está ordenada ante todo al servicio de las personas”

O que hoje é praticamente uma *hersia* prática. Sim, a justiça social, a distribuição de renda, o acesso à educação. Words, words, words. Na prática, a grande maioria das empresas capitalistas visa o lucro, apenas o lucro e nada mais do que o lucro.

Sim, sim, pensamos no bem estar dos nossos funcionários, lazer, educação etc. MAS NA MEDIDA EM QUE ISSO AJUDA A TER LUCRO, e não como UM BEM EM SI.

A questão central do trabalho não é o lucro, mas o homem. O lucro é meio, se quiser *sine qua non*, e deve ser buscado como tal. Mas é meio.

O Estado deve garantir nisso os recursos institucionais e jurídicos para que que atividade econômica E A ECONOMIA DE MERCADO se desenvolvam. Ao mesmo tempo que assegura as liberdades individuais, a propriedade e a estabilidade da moeda (*Centesimus annus*)

2432 A los *responsables de las empresas* les corresponde ante la sociedad la responsabilidad económica y ecológica de sus operaciones (CA 37). Están obligados

a considerar el bien de las personas y no solamente el aumento de las *ganancias*. Sin embargo, éstas son necesarias; permiten realizar las inversiones que aseguran el porvenir de las empresas, y garantizan los puestos de trabajo.

2434 El *salario justo* es el fruto legítimo del trabajo. Negarlo o retenerlo puede constituir una grave injusticia (cf Lv 19, 13; Dt 24, 14-15; St 5, 4).

2435 La *huelga* (greve) es moralmente legítima cuando constituye un recurso inevitable, si no necesario para obtener un beneficio proporcionado. Resulta moralmente inaceptable cuando va acompañada de violencias o también cuando se lleva a cabo en función de objetivos no directamente vinculados con las condiciones del trabajo o contrarios al bien común.